



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1000416-43.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Impetrante: **Leonardo Bogas Moreira**
 Impetrado: **Diretora da 26ª Ciretran Circunscrição Regional de Transito de São Carlos-SP e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Leonardo Bogas Moreira impetra **mandado de segurança** contra a Diretora da 26ª Ciretran Circunscrição Regional de Transito de São Carlos SP sustentando que obteve permissão para dirigir veículos – Categoria "A/B" pelo prazo de um ano. Afirma que em DEZEMBRO DE 2015 requereu a CNH definitiva e teve seu pedido negado diante da existência de bloqueio, em seu prontuário, decorrente do auto de infração nº 3C0075397, datado de 23/03/2015 por infringir o art. 233 do CTN. Argumentou que a infração é de cunho meramente administrativo e não decorrente da má condução de veículo em vias públicas. Que em 05/01/2016 apresentou defesa administrativa, mas não houve o julgamento. Requereu, liminarmente, a exclusão do bloqueio que impediu a renovação da habilitação para dirigir. Juntou documentos (fls. 23/57).

A liminar foi concedida (fls. 58/59).

A autoridade coatora foi notificada, e as informações foram acostadas da fls. 60/64.

A Procuradoria do Estado requereu, a fls. 73, seu ingresso na lide na condição de assistente.

O Ministério Público, a fls. 72, argumentou que não tem interesse na ação.

FUNDAMENTAÇÃO

Conforme decisão de fls. 58/59, a infração que obsta a progressão da permissão para a expedição da CNH definitiva está amparada no Auto de Infração nº 3C-0075397 pela prática da conduta administrativa descrita no artigo 233 do Código de Trânsito, ou seja, deixar de efetuar o registro de veículo no prazo de trinta dias, junto ao órgão executivo de trânsito.

Segundo o STJ, não é razoável impedir o condutor de obter a habilitação definitiva, em razão de infração administrativa não relacionada à segurança do trânsito: AgRg no AREsp 544.004/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

29/09/2014; STJ, AgRg no AREsp 520.462/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/08/2014; STJ, AgRg no REsp 1.231.072/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 14/05/2012; AgRg no AREsp 262.219/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/02/2013.

E, nos termos daquela mesma corte, a infração do art. 233 do CTB, de deixar de efetuar o registro da propriedade do veículo no prazo de 30 dias, não está relacionada à segurança do trânsito: AgRg no AREsp 662.189/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 12/05/2015.

Como a infração tem conteúdo administrativo por envolver regularização do veículo, sem qualquer implicação técnica com a condução de veículo, não há razão para a não expedição da CNH definitiva.

DISPOSITIVO

Ante o exposto concedo a segurança e torno definitiva a liminar de fls. 58/59.

Sem honorários no *writ*.

P.R.I.

São Carlos, 25 de abril de 2016.